

“SERTÃO SENTIDO”: O CORRER DA VIDA EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO NORTE DE MINAS GERAIS

“SERTÃO SENTIDO”: *THE RUNNING OF LIFE IN A TRADICIONAL COMMUNITY IN THE NORTH OF MINAS GERAIS*

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula¹

Adinei Almeida Crisóstomo²

¹Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, Brasil.

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de etnografar uma comunidade tradicional nas margens do Rio São Francisco, no sertão do norte de Minas Gerais. Mostrar o cotidiano do viver na roça, o conviver com o rio, o estar no lugar e a compreensão dos moradores do seu modo de vida. Através dos relatos dos moradores, foi possível compreender os símbolos, os lugares, as práticas do saber-fazer que formam e delimitam as normas de uso comum do território e definem a produção, reprodução social e simbólica do modo de viver no lugar. Os moradores da comunidade da Barra do Pacuí imputam valores e sensações no/ao lugar em que vivem através da representação da forma de cultivar a terra, na preparação da comida, nos momentos do sagrado e no correr da vida.

Palavras-chave: Identidade; Cultura; Memória; Sertão Norte de Minas Gerais; Rio São Francisco.

ABSTRACT

This paper aims to make an ethnography in a traditional community, on the banks of the São Francisco river, in the backlands of northern Minas Gerais region. Showing the daily life of living in the countryside, living with the river, being in the place and the residents' understanding of their way of life. Through the residents' reports, it was possible to understand the symbols, the places, practices of know-how that form and delimit the norms of common use of the territory and define the production and social and symbolic reproduction of the way of living in the place. In the attribution of identities, the residents of the Barra of Pacuí community attribute values and sensations in/to the place they live through the representation of the way of cultivating the land, in the preparation of the residents' food, in the moments of the sacred, in the course of life.

Keywords: Identity; Culture; Memory; Sertão region in northern Minas Gerais; São Francisco river.



INTRODUÇÃO: O SERTÃO É UMA ESPERA ENORME¹

Sertanejos, mire e veja; o sertão é uma espera enorme.
(GUIMARÃES ROSA, 1986, p. 509)

Estamos no sertão do cerrado. No sertão dos Gerais, na região do Norte de Minas, no bioma Cerrado. Região que pertence ao Polígono das secas, no semiárido brasileiro. Estamos às margens do Rio da Integração Nacional: o São Francisco, na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Rio que foi rota e caminho para a travessia do sertão. Aqui o sertão e o rio São Francisco têm suas histórias entrelaçadas, onde os ciclos da terra e da água formam o cenário dos homens, mulheres, famílias do campo à cidade. Povoados, aldeias, comunidades e cidades se formaram na mistura de humanos, terras, águas, árvores e outros bichos. As histórias e *estórias* fazem a representação do homem e do seu lugar modificando e provocando a travessia do e no grande sertão.

Nossa pesquisa foi realizada através de uma abordagem etnográfica. A pesquisa de campo ocorreu entre os anos de 2006 a 2009 e teve o objetivo de descrever e analisar as *ações* (feitas e construídas pelo indivíduo no local da ação), as *relações* (formadas nas ações sociais de cada um), os *significados* (que são os valores atribuídos pelos habitantes nas situações e ambientes variados) e as *percepções* (do ser e estar no mundo tendo o ambiente enquanto categoria social em um quadro de signos) e como são modelados e quais as simbologias que transformam os “espaços” em “lugares”.

O objetivo de revelar a realidade sob a perspectiva do *outro*, através do penetrar no cotidiano da vida na comunidade, faz da pesquisa etnográfica um caminho que traduz uma *descrição densa*² entre o viver no dia a dia, *a rotina diária*, e os eventos especiais que nos levam a uma compreensão das redes de significações do real entre os símbolos, os devaneios, as práticas de trabalho, as manifestações culturais, as crenças, as aptidões, os modos de viver, o perceber e o imaginar que são partilhados pelo indivíduo com os seus grupos sociais. Compreendendo que tudo que vivemos e pesquisamos são “[...] teias e são tramas de sentidos, sentimentos e saberes por meio dos quais pessoas como nós [...] vivem e pensam a história que criam” (BRANDÃO, 2003, p. 311).

Nosso espaço de pesquisa é o sertão mineiro, entre paisagens naturais e culturais, do “correr da vida” dos moradores de uma comunidade ribeirinha. Priorizamos as nossas descrições nos espaços do cotidiano. Os sujeitos são os homens e as mulheres de beira rio e beira sertão que vivem suas vidas juntos à família nuclear, juntos às pessoas ao seu redor, que são os amigos e parentes, e juntos aos outros e outras que constroem as relações entre eles. São as relações dos sujeitos no vivido, no percebido e no imaginado que vivem os dramas sociais, que vão demarcando e

delimitando espaços, lugares de vida e lugares de trabalho, e provocam as transformações no sertão e nos seus habitantes.

Ressaltamos que o sertão e o cerrado encerram particularidades e semelhanças sem se confundirem. Concordamos com Moraes (2000), que considera o cerrado uma parte do sertão, e não o todo, e que o cerrado faz parte da representação da modernização do sertão. Para esta autora, o sertão vai se desencantando à medida que a modernização da agricultura avançou/avança pelos territórios.

Foi na busca do território que europeus, viajantes, homens cativos e livres vieram para o sertão e produziram suas representações. Para os europeus lusitanos, a vastidão das terras, ouro e gado eram a produção e reprodução do capital. Para os viajantes do século XIX, as minuciosas descrições dos recursos naturais que realizaram serviriam para o progresso através da ordem e da reprodução da ciência e do capital. Os povos nativos viram suas representações simbólicas, naturais e do real serem drasticamente extintas e/ou modificadas.

As mobilidades das populações locais aconteciam para dentro do sertão, os povos nativos moviam-se para as beiras de rio e do sertão. Com a presença dos europeus, bandeirantes, fazendeiros, enfim, os “de fora”, ocorreram modificações na mobilidade, não mais para o interior, para dentro do sertão, mas para fora da região. O sertão foi sendo associado como atrasado, tradicional, e a modernidade associada ao cerrado e aos planos e políticas do estado, que promoveram o capitalismo rural através do *agrobusiness*. Mas é na pluralidade dos espaços-lugares do e no sertão e dos seus povos locais que podemos pensar em formas peculiares e simbólicas da vida social que continuam caracterizando a região, cidades e comunidades tradicionais como “sertaneja”, “barranqueira”, “ribeirinha”, “geralista”, e da mesma maneira, uma cultura do sertão, do cerrado, sertaneja, já apontada e descrita por Costa (1997). Sim, o sertão é uma espera enorme para aqueles que nele habitam e ali fazem suas vidas.

Faremos uma travessia da cidade de Pirapora para a comunidade da Barra do Pacuí. A cidade de Pirapora encontra-se nas margens do Rio São Francisco e é onde começa o trecho navegável do rio. A comunidade de Barra do Pacuí está localizada no meio rural do município de Ibiaí.

A estrada que leva à Barra segue o descer do Rio São Francisco. Na comunidade temos o encontro de dois rios: o Rio São Francisco que margeia a comunidade e o Rio Pacuí, seu afluente. A comunidade era chamada de Várzea dos Bois e, segundo os moradores mais antigos, o nome Barra do Pacuí surgiu em função da localização entre duas fazendas e o Rio Pacuí. As fazendas que faziam divisa com a comunidade eram: Várzea dos Bois (antigo nome da comunidade) e a fazenda Barra do Pacuí.

O viajante Richard Burton, no século XIX, descreveu a Barra do Pacuí em sua travessia, ao navegar pelo “grande rio”, como um lugarejo de passagem, com terras boas para plantio e pastagem, relatando que haviam parado para descansar no “lado de Pernambuco” (os ribeirinhos

assim designavam a margem esquerda do rio), que, segundo ele, tinha mais madeira; e a margem direita é o lado baiano, que era melhor para a proteção do vento leste e contra as tempestades. “Esses velhos nomes vêm do tempo em que a Capitania de Pernambuco abrangia uma parte da atual Província de Minas Gerais” (BURTON, 1977, p. 196). Diferentemente do viajante, nossa viagem é por terra, mas seguindo o curso do rio.

Faremos o trajeto, uma mudança de espaço em um tempo de no máximo três horas de automóvel. Mas a diversidade na paisagem entre o urbano da cidade de Pirapora até o rural da comunidade da Barra do Pacuí nos revela espacialidades e temporalidades de uma geografia do sertão. Da cidade de Ibiaí até a comunidade da Barra do Pacuí percorremos 22 km, trajeto realizado em 50 minutos de viagem em carro pequeno. A estrada é de terra vermelha com muita poeira, com pedras soltas, com lombadas e subidas que dificultam o acesso. A vegetação de cerrado é composta de jatobás, gameleiras grandes e pequizeiros na margem da estrada. Muitas flores pequenas, como *sempre viva* e *ciganinha*, se misturam entre a terra solta e a grama seca. No caminho, pessoas, cavalos, motos, bicicletas e carros de boi completam a paisagem que nos leva ao povoado.

O tempo está quente, *abafado* como dizemos aqui no sertão, faz calor e ainda não choveu, “*mas vai chover, se não ventar muito, porque muito vento é sinal de pouca chuva,*” dizem os mais velhos. É mês de novembro, todos esperam a chuva que ainda não chegou. Estamos nos adentrando no cerrado, indo para terra de sertão em beira de rios.

Depois de uma curva acentuada e com um grande pé de Barú para nos recepcionar, chegamos à comunidade. A paisagem mistura arbustos com galhos retorcidos e com raízes profundas. A flor vermelha conhecida aqui como *ciganinha* aparece em todos os cantos do caminho. Observamos que em frente ao pé de Barú tem a praça com a igreja de Nossa Senhora Aparecida. A pequena distância entre o lugar e a cidade se mostra grande na visualização do povoado.

Sensações distintas nos avassalam ao nos aproximarmos dos homens e das mulheres que vivem no interior do sertão. Sensações que variam do sentimento de impotência e de injustiça em percebermos as famílias vivendo com tão pouco ao sentimento de compreender a diversidade dos mundos, em observar um modo de vida diferente do nosso, onde a concepção do que consideramos pouco é muito para as famílias que vivem na comunidade. Natureza e homem se confundem. As pessoas se misturam ao ambiente, entre a vastidão e o cercamento das terras. Homens, mulheres, velhos, adultos, jovens e muitas crianças que nos olham como se pudessem ver nossa alma.

Aqui estamos. Observamos as ações que se desenvolvem na paisagem, compreendendo que “a paisagem é dentro de nós, enquadrada por nosso olhar particular, por nossa memória individual, por mais coletiva que possa ser” (BEZERRA; HEIDEMAN, 2006, p. 4).

Várias crianças estão brincando com uma bola, outras pessoas nos olham e nos cumprimentam com um sorriso e um aceno de cabeça. Mulheres conversam nas portas das casas. A cavalo passa um senhor de chapéu, mais ao longe podemos ver alguns homens em uma mesa de bar. São vários os sons, alguns próximos e outros mais distantes. Uma televisão está ligada no telejornal com notícias sobre a cidade de São Paulo, de outro lugar vem um som de música que não conseguimos perceber qual é, apenas o ritmo é conhecido, forró. Mais ao longe, em uma casa com a porta entreaberta, escutamos vozes femininas e masculinas e, mais próximo de nós, o barulho do vento nas folhas das árvores de baru e do jatobá. Já ao nosso redor, a algazarra das crianças.

Lembro que avisaram que o vento afasta a chuva, mas o frescor que traz ao corpo refresca e anima. Por alguns instantes ficamos em silêncio, contemplando o diferente, o estranho, o outro. Observamos em um campo de chão batido, sem grama, um jogo de futebol com homens com camisas do Flamengo (time carioca) e do Corinthians (time paulista). Confirmamos a influência da mídia, através das antenas parabólicas da televisão: os times de Estados distantes são aclamados aqui no sertão de Minas. Percebemos que ainda estávamos na entrada da comunidade. Lembramos João Guimarães Rosa (1986, p. 53) através do jagunço Riobaldo nos dizendo: “Regra do mundo é muito dividida”. Com as impressões e as sensações do ambiente e das pessoas do lugar vamos conhecer a Barra do Pacuí.

FORMAÇÃO DA COMUNIDADE

A Barra do Pacuí é uma comunidade rural tradicional de beira rio e beira sertão mineiro. Uma comunidade de cerca de 55 famílias negras, com relações de parentesco provenientes da vinda de cinco famílias base que originaram a localidade. Homens e mulheres, entre velhos, velhas, adultos, jovens e muitas crianças que representam e vivem o real pendulando na fronteira do moderno e do tradicional, dos valores entre o perene e o efêmero.

A história de ocupação da comunidade se insere no contexto de transformações que atingiram os povos ribeirinhos do rio São Francisco a partir dos anos de 1960 (no século XX). Através do diálogo com moradores mais antigos foi possível identificar os principais fatos do processo de formação da Barra do Pacuí.

Era o ano de 1934. Cinco homens desceram³ o rio São Francisco vindos de uma fazenda onde trabalhavam como meeiros, no município de Pirapora. Estavam à procura de terras para comprarem e assim terem suas próprias terras para o cultivo de lavouras de milho, feijão e mandioca. Fizeram várias paradas na travessia pelo rio. Desembarcaram em Ibiaí e foram informados da existência para a venda de “terra boa” na beira do São Francisco. Chegaram ao lugar onde há o encontro do Rio São

Francisco e do Rio Pacuí. Nas margens do rio delimitaram que cada pé de manga representava uma família que ali se instalava. Os cinco homens compraram o “*direito de posse*” de 48 hectares de terra que foram divididas em 08 hectares para um dos homens e 10 hectares para cada um dos outros quatro homens: A divisão das terras foi efetuada de acordo com as posses financeiras de cada um.

As terras compradas eram compostas por uma vegetação de cerrado, com mata densa, solo arenoso e muita água, com formação de lagoas perenes. Na fauna encontraram capivara, sucuri, veado, jacaré e peixes variados e graúdos. As atividades de caça e pesca eram praticadas no cotidiano. Inicialmente construíram alguns “ranchos” e desenvolveram atividades de pesca e agricultura para conseguirem alimentos. Foi no ano de 1935 quando conseguiram trazer os demais membros das famílias para a “terra boa”.

As famílias plantavam e pescavam na margem do Rio São Francisco, que era também o lugar para a comercialização e para o escambo de produtos entre o povo do lugar e os demais povos ao longo do rio. Nas canoas iam pessoas e cargas. Idas e vindas no rio em viagens longas. A população da Barra, como toda população da ribeira, frequentava o comércio do rio através da compra de alimentos, roupas e medicamentos nos pequenos barcos que circulavam ao longo do São Francisco. Alguns dos produtos trocados ou vendidos eram: mandioca, farinha de mandioca, feijão, milho, abóbora, rapadura, peixes, laranjas e melancia. Os produtos que eram obtidos no escambo ou na compra eram a carne seca de boi, querosene, o fumo, utensílios domésticos como panelas e tecidos para a confecção de roupas. O rio, “o grande rio”, o São Francisco representava a ligação com o mundo exterior.

A comunidade foi crescendo e organizando as moradias de acordo com os ciclos da natureza no lugar: os ciclos da cheia, da enchente, da vazante e da seca (COSTA, 2005). O tempo do passado é mencionado pelos moradores como *tempo das águas* para designar as cheias do São Francisco que ocorriam regularmente e com grande intensidade, configurando uma dinâmica de cheia e vazante que promovia a fertilização do rio pelas lagoas e que gerava abundância de peixes. Na seca os moradores moravam na beira do rio, nas águas mudavam para a parte mais alta. O ir e vir já fazia parte da constituição do grupo.

As formas de trabalho e apropriação do território foram essencialmente baseadas nas relações regidas, sobretudo, pelo direito costumeiro e por redes de solidariedade entre vizinhos e parentes, característicos do mundo camponês. A apropriação das terras foi baseada nos costumes e nas necessidades de cada família. O que definia a posse eram as marcas do trabalho. Os limites eram demarcados pelos elementos da natureza. E o trabalho de cada família era definido por seus cultivos.

Tomaram posse. Abriram muita mata. E só algum tempo depois trouxeram as famílias. Com ajuda dos filhos construíram as

nossas casas e abriram caminhos para ligar uma casa a outra, a mata era muito fechada. Nunca pensaram em cercas, em onde começasse a terra de um e terminava a do outro, afinal todo mundo era das famílias. Trabalharam muito e até hoje é assim que a gente vive. “Homem, mulher, criança, velho, todo mundo fazendo um pouco, para ter algum. (Relato Sr. Antônio Conceição de Souza, 73 anos, morador da Barra do Pacuí)

Em 1979, a enchente das águas do Rio São Francisco provocou mudanças na vida dos moradores. O rio inundou várias residências e quase todas as plantações, além disso, as águas do Rio Pacuí também invadiram as lavouras. Foi uma época de mudanças para a parte mais alta da comunidade. Muitas famílias ficaram em uma única casa. *“Era um mundo de água, e foi tanta gente que ficamos apertados, todo mundo em uma casa só. Era menino, velho, moço e moça todo mundo junto esperando as águas baixar. Muita gente construiu suas casas aqui em 79 e outros voltaram para a beirada rio quando as águas baixaram”* (Relato de Dona Tazinha, 82 anos, moradora da Barra do Pacuí).

O PROCESSO DE CERCAMENTO DAS TERRAS

Cinco anos após a chegada das famílias que formaram a Barra, o dono da fazenda Várzea dos Bois, que fazia divisa com a comunidade, valendo da amizade que o povo da Barra fazia com todo mundo, pediu para arrear a cerca dele para um pedaço que era dentro da nossa comunidade. Ele falou que era para colocar o gado e já que os moradores não tinham gado era um favor e que logo ele ia colocar a cerca para o lugar onde era. Ele usou disso e todo mundo tinha muita confiança nele, era para ele que antigos moradores entregaram o registro da compra da terra para ele registrar no cartório de Coração de Jesus, era ele que fazia toda essa coisa de papel e documentos e pagamento de impostos para o povo da Barra. E assim ele ficou com o pedaço da nossa terra. E depois já nos anos 90, ou seja, já comigo aqui, o neto dele fez a mesma coisa que o avô já tinha feito no passado. Ele ficou com um pedaço grande, inclusive onde fica a lagoa e um pedaço das minhas terras de roça. Foram muitos alqueires de terra, entrei na justiça, mas com o dinheiro pouco e eu sozinho tive que aceitar. (Seu João Bento, 68 anos, morador da Barra do Pacuí)

Meus pai e meu avô contavam que no tempo da seca tava sem pasto pro gado, então, o fazendeiro veio e pediu um pedaço de terra pro pasto, mais era só por enquanto até criar pasto, então ele ia voltar a cerca pro mesmo lugar, só que foi passando tempo, passando tempo e nada dele voltar a cerca pro lugar, até que

ele morreu e ficou os filhos, só que não aceitaram o acordo que tinha sido feito antes, com o pai deles, tentamos conversar só que nada se resolveu, daí as cerca só foi avançando. (Antônio Conceição de Souza, 73 anos, morador da Barra do Pacuí)

Os relatos de Seu João Bento e de Seu Antônio descrevem uma situação vivenciada pelos primeiros moradores da localidade, no início da década de 40 do século XX, e vivida novamente pelos atuais moradores. Os acordos verbais feitos pelos camponeses baseados na palavra empenhada e nos valores de amizade e vizinhança foram utilizados pelos fazendeiros para prover o processo da perda de parte das terras do território.

A área da comunidade que foi adquirida em 1934, de 48 hectares, atualmente é composta de 24 hectares. O acesso à fauna, à terra e às águas, através das atividades da caça, das lavouras, do extrativismo e da pesca, foi drasticamente reduzido com a diminuição do território da comunidade e com o uso predatório do ambiente.

Os moradores foram assistindo o seu território ser cercado por arames e por pastos das vastas terras das fazendas de gado e pelas carvoarias. Como consequência houve a destruição das terras de cerrado, a contaminação das águas, o desaparecimento de vários animais da fauna local e a perda das áreas comunais das chapadas, utilizadas para a coleta de frutos, ervas e de lenha.

Hoje a comunidade continua cercada por fazendas de gado e possui mínimos espaços para a moradia e o cultivo agrícola. Os moradores relatam que não podem contar mais com o espaço do cerrado, para: “pegar uma lenha”, um “remédio do mato”, ou colher “frutos do cerrado,” o que era muito útil e aceito também como alternativa para complementação da renda e reprodução da vida. A invasão do terreno da comunidade pelos fazendeiros e as cercas que foram colocadas como divisória para o gado, com o passar do tempo foram avançando cada vez mais. O que era para ser provisório virou permanente. Nos relatos, os moradores são unânimes em relação ao que perderam para os fazendeiros vizinhos: as terras comunais, os gerais. “*Tiraram os gerais da gente, as terras que era de todo mundo, onde tinha lenha e muito fruto, mas acabou. Vivemos cercados, e o pior, tem mais gado, carvão, cerca do que gente*” (Seu João Bento, agricultor, 68 anos, morador da Barra do Pacuí).

Os moradores da Barra do Pacuí, como de tantas outras comunidades do sertão mineiro e do rural brasileiro, conviveram com as modificações na agricultura brasileira, com a mecanização rural, que provocaram o cercamento e diminuição da terra, reduzindo a produção da agricultura camponesa, impondo restrição ao uso da terra e modificando o cotidiano das famílias. A constituição dos territórios do município e da comunidade foi permeada pela solidariedade entre os iguais e pela resistência com os diferentes. As modificações na agricultura transformaram as paisagens e as populações. Propomos pensar a territorialidade de acordo com Raffestin (1993), como a vivência do processo territorial através das

relações existenciais ou de produção, mas relações de poder, que acontecem entre os sujeitos que querem modificar as relações ou com a natureza e/ou com a sociedade.

Deste modo, o processo territorial do município de Ibiaí fez parte da constituição da estrutura regional baseada no interesse do capital e na urbanização e modernização do campo. Na comunidade da Barra do Pacuí, diferentemente, sua constituição se deu na formação da territorialidade dos povos tradicionais. Na busca da terra de plantio e morada. Os processos e relações sociais foram se internalizando com e entre os moradores da comunidade, resultando em uma relação de pertencimento, afetividade ao território, ao lugar e às pessoas que constituem o lugar. É na utilização do espaço-território-lugar, que o fazer da vida individual e coletiva provoca a compreensão do espaço ecossistêmico, do lugar onde se vive e de suas representações em função do que se vê e do que se vive, portanto, parte e todo de um processo histórico e político.

O número de moradores da Barra no ano de 2009, era de 210 habitantes, cerca de 55 famílias de maioria negra, fato que provoca a hipótese de se tratar de uma comunidade quilombola. O número de habitantes tem sofrido alterações nos últimos anos em função da migração. Em 2006, a população era de 280 pessoas, segundo dados da pesquisa de Tatiana Thé (2006); e em 2008, a população totalizava 249 pessoas, de acordo com dados da pesquisa de Herlles (2008, p. 104). De acordo com Sousa (2009), são 138 adultos e 78 menores de 14 anos no ano de 2009.

O povo barranqueiro da comunidade da Barra do Pacuí, desde o ano de 2006, aguarda o reconhecimento formal de seu território tradicional como Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reserva Extrativista – RESEX). As famílias compreendem que, através dessa regulamentação, será possível ter de volta as terras comunais da comunidade, que são os Gerais, terras que eram utilizadas para o extrativismo dos frutos do cerrado, bem como a possibilidade de retorno de familiares que sonham com a volta à comunidade, agora em uma área de maior plantio. Todo o processo está sendo acompanhado pela Associação de Moradores.

A maioria dos habitantes da Barra do Pacuí define-se como barranqueiro, que, segundo eles, são os camponeses, pescadores, pessoas que vivem do cultivo da terra, do que “*plantam na roça*”, na barranca do rio. Quase todos já tiveram a pesca como atividade importante (mas não principal) para o sustento da família, entretanto, hoje muitos não pescam, embora a maioria possua carteira de pescador e receba o recurso do seguro-desemprego da pesca na época da Piracema. Cerca de 57% dos moradores são mulheres e 43% são homens. Essa predominância do gênero feminino é explicada pela gente do lugar como resultado das saídas dos homens para o trabalho fora da comunidade. De acordo com Santos (2008), 15,90% da população da Barra é composta por aposentados e 52,30% constituem uma população de adultos economicamente ativos, restando 31,80 % de crianças.

GENTE BARRANQUEIRA

As pessoas na Barra se identificam como *barranqueiros*, e em todas as entrevistas que fizemos e nas prosas e conversas que acompanhamos ficou evidente a autodenominação:

Somos barranqueiros, gente que cresceu na margem desse rio, que viveu e criou os filhos aqui nessas terras de barranco, somos do sertão, somos tudo gente barranqueira. Os nossos primeiros que desceram o rio procuravam terra na beira do rio, antes já viviam em Pirapora em fazenda perto do rio, outras pessoas que tem aqui, veio de São Romão, São Francisco, Ponto Chique, também beira de rio, e tem pouca gente dos gerais, gente de mais longe, foi sempre na beira do rio que a gente viveu. (Seu João Bento, agricultor, 68 anos, morador da Barra do Pacuí)

Vários autores utilizaram o termo barranqueiro para designar as populações nas margens do Rio São Francisco.⁴ Para Mata-Machado (1991, p. 38), significa o “lavrador de vazante, conhecido como barranqueiro”. Para Pierson, o termo equivale ao lameiro, populações que plantam em áreas de lameiros e que servem para descrever: “[...] pessoas que conhecem bem o rio e outros detalhes físicos da região e estão com eles intimamente associados” (PIERSON, 1972, p. 305). Barranqueiro é caracterizado por Neves (2004) como termo da linguagem regional da região do Médio São Francisco:

[...] Até os anos de 1960, designava o homem ribeirinho - em geral, o camponês e o pescador, à beira do rio. A partir daquela década, intensificou o processo de urbanização regional, sendo a população urbana atualmente maior que a rural. Assim barranqueiro passou a designar indistintamente todos os habitantes da ribeira, sejam do campo ou das cidades. (NEVES, 2004, p. 8)

Ao se afirmarem barranqueiros eles estão se diferenciando de outros povos e comunidades próximas e distantes e conjugando, entre eles e com eles e o ambiente natural, um laço de pertença e de dependência caracterizado no ser daqui e viver aqui. Povos dos gerais, do cerrado, são denominações atribuídas às pessoas de longe, de fora, mas que vivem no interior, em pequenas comunidades ou povoados. Quando falam de pessoas vindas de cidades maiores referem-se aos *chegantes*, quando esses vieram e ficaram, e aos *forasteiros*, quando só ficaram por um tempo, de passagem. A explicação dos moradores confirma os estudos de Martins (1997, p. 18), quando classifica o chegante como alguém que chega para ficar, para compartilhar e partilhar o destino.

“Somos agricultores, da roça, e depois pescadores”. Repetem e confirmam as práticas de trabalho realizadas no cotidiano. A tradição no trabalho coletivo, na partilha e na reciprocidade, no estar na comunidade, no viver

e produzir seus alimentos, no conflito e no confronto com costumes rurais e urbanos que transcorrem a vida de agora, os identificam como homens e mulheres que têm a vida ligada à terra e ao rio. Raízes que fazem que terra e água sejam indissolúveis e responsáveis pela reprodução da vida no lugar.

ESPAÇOS, LUGARES, AS CASAS

A Barra é uma pequena comunidade, em formato de vila, dividida visualmente em dois grandes círculos, que são denominados pelos moradores como: *parte alta e parte baixa*. Esses amplos espaços são cercados por fazendas por todos os lados, menos de um lado, o que leva ao rio.

A parte alta e baixa são separadas por espaços comuns, amplos onde se encontram: o campo de futebol, a sede da associação junto com a casa de farinha, o posto tubular, o posto médico, o posto telefônico e o galpão para as festas. Atrás das casas da parte de cima, do lado direito, há o campo de futebol novo, que é dividido em duas partes. O campo oficial, gramado, que os jogadores mais velhos utilizam; e o campo de chão batido, utilizado pela escola. A caixa d'água geral fica ao lado esquerdo do campo batido. Ao fundo do campo oficial fica o cemitério novo. A parte alta tem no seu traçado duas ruas longas, iniciando na entrada da comunidade e terminando no caminho que leva ao Rio Pacuí, reconhecido pelos moradores como *córrego Pacuí*. Afinal, como já dizia João Guimarães Rosa: “Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é *vereda*. E algum ribeirão” (GUIMARÃES ROSA, 1986, p. 60, grifos do original).

Na parte alta é onde mora a maioria dos antigos moradores. Esse espaço é caracterizado por três grandes árvores, dois pés de Baru e um pé de Jatobá, que oferecem sombra para os moradores e visitantes e é lugar de brincadeiras, jogos e conversas para as crianças e jovens. São as árvores que primeiro avistamos, assim que chegamos à Barra. De costa para a foz dos rios São Francisco e Pacuí e de frente para os que chegam ao povoado, aparece a pequena igreja pintada de branco, com portas e janelas na cor azul. O cruzeiro identifica o lugar sagrado. Em frente à igreja estão os sinos e o orelhão. Quando estes tocam, todos já sabem que algo vai acontecer, ou na igreja ou alguém vai correr para atender ao telefone. De frente para a Igreja avistamos do lado direito a escola. Diferente das outras construções da comunidade, a escola é totalmente murada. Na frente há um banco de cimento e um portão de ferro. Na praça, podemos ver todos os caminhos que circundam a comunidade. Observamos cercas e porteiros cercando o lugar. “*Aqui só tem entrada, saída não tem, só se for o rio, agora entrada é uma só e o resto é terra das águas ou terras dos outros, os fazendeiros*” (Seu João Bento).

Na parte de cima há vinte e três moradias, sendo sete de adobe, duas de enchimento remanescente das primeiras construções e o restante são casas de tijolos e cimento. A parte de baixo é onde está o outro campo de futebol, mais antigo, e onde estão localizados os três bares. Nesta parte é onde moram os habitantes que são mais recentes na comunidade: são trinta e três moradias e muitas delas de adobe. A igreja evangélica fica a um canto, do lado esquerdo de quem chega, e é uma construção recente. Encontramos a igreja fechada e, segundo os moradores, não há uma programação estabelecida e ela encontra-se sempre fechada. Conforme os moradores dizem, não há evangélicos na Barra. A igreja “pertence” - (termo utilizado pelos moradores) a um pastor de Ibiaí, que de vez em quando vem à comunidade junto com os fiéis para promover o culto na igreja. Quando tem culto, os moradores participam, afinal como afirmou um morador: “*tem Deus em todo lugar que é sério e sagrado*”.

As descrições dos espaços na Barra nos mostram que as formas de trabalho e dos conteúdos do agir em família e no grupo são tributos da condição de ser camponês através da autonomia do trabalho e na reprodução social pelos vínculos familiares e comunitários, confirmando as teorias expostas nos escritos de Martins (2002) e Brandão (2006).

Através do acesso à história de vida dos moradores foi possível identificar uma constância de trânsitos e mudanças, ao longo da vida de cada morador e de cada família, que confirmam a terra como o lugar e o espaço da vida, que os mantém na comunidade. É nesse cenário com laços familiar e comunitário que, ao longo dos anos, cresceu a comunidade em números de casas e pessoas.

Quando entramos em uma das casas do lugar é sempre uma imagem de santo que nos recepciona. Quadros de santos e de imagens da família são colocados lado a lado na parede da sala principal. Nas casas que visitamos encontramos a imagem de Nossa Senhora Aparecida, que é a padroeira da comunidade. As casas são pequenas, arejadas e estão sempre com a porta de entrada aberta. “*Se uma casa está com janela e porta fechada, pode saber ou povo viajou, ou foi em Ibiaí, ou então tá tudo fora trabalhando, em outras terras, não tem ninguém*” (Seu João Bento). Uma porta e uma ou duas janelas de madeira compõem a fachada da maioria das casas. Telhas antigas e paredes sem pintura. O piso é de cimento liso e em algumas casas mais novas de ardósia. Não há muros entre as moradias, em algumas existem cerca de arame. Os cômodos são amplos e em quase todas as casas encontramos o fogão à lenha, mesmo tendo o fogão a gás. Nos quintais têm árvores frutíferas e galinhas, e em alguns encontramos fornos para fazer biscoitos. É comum o *giral*, que é uma madeira suspensa utilizada para a secagem dos utensílios domésticos. Muitas mulheres lavam roupas e louças no rio e depois retornam e colocam para secar nos quintais das casas. As árvores frutíferas mais comuns encontradas nos quintais foram goiabeira, mangueira, limoeiro e laranjeira junto com plantas ornamentais como roseiras e bambus.

O cotidiano dos moradores da Barra do Pacuí é marcado pelos “ciclos” do trabalho e da vida, definidos pelos moradores nos *tempos de cheias* e *tempos de secas*. A fartura das águas proporciona boa lavoura, boa pesca e a permanência dos elementos da família na comunidade. As secas das águas proporcionam perda das lavouras, diminuição de peixes no rio e a mobilidade dos membros da família para outros espaços na região e fora dela para o trabalho temporário, a princípio.

O dia a dia é marcado pela vida rural camponesa com a solidariedade centrada nas relações de trabalho na pequena lavoura e na pesca. A troca de produtos é bastante frequente entre os moradores. O escambo acontece na troca de verduras, animais domésticos, milho, feijão, frutas, mandioca e farinha de mandioca e derivados (beiju, polvilho). Não são tão comuns os escambos de peixes, destinados à venda. É comum a troca de ervas, remédios caseiros, raízes, óleos, paus, folhas que são utilizados pelas famílias como medicamentos.

Percebemos distinções de espaços da natureza, espaços do trabalho, espaços da casa e da família, espaços do sagrado e do lazer, os quais constituem o território e fazem a territorialidade na Barra. Todos sabem onde termina e começa a propriedade do vizinho. Os povos nativos organizam, através das percepções, observações, ações e atividades individuais e coletivas, uma cartografia dos espaços e dos lugares delimitando limites e demarcando fronteiras simbólicas, provocando identificação aos moradores com o lugar.

Os relatos das mulheres e dos homens retratam que as tradições do grupo e em grupo perpassam o fazer diário, entre elas a elaboração da comida, em consonância com as atividades diárias de vida no trabalho e na convivência familiar. A alimentação é uma atribuição de pertencimento do grupo, ao revelar marcadores importantes para a compreensão da comunidade.

A COMIDA: “O DE COMER”

A cultura é uma linguagem, um sistema de comunicação e isto em duplo sentido: um sistema de mensagens ditas por algumas ‘coisas’ sobre outras ‘coisas’, e um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados. A comida é uma ‘coisa’, para além de sua materialidade, fala da família, do corpo e de relações sociais. (WOORTMANN, 1985, p. 04)

A comida, mais que um alimento para suprir as necessidades do corpo, funciona como uma construção simbólica que define a relação entre nós e os outros. O que se come, o que não se come, são definidores de hábitos, costumes, éticas junto ao ambiente e que nos transformam em um grupo. Entre aqueles que se sentam a mesa para comer juntos e nas

definições e marcadores de quem come o quê e/ou quem come primeiro, são definidos papéis, ações, modos de criar e de fazer que revelam a vida na comunidade.

A dieta dos moradores é baseada naquilo que é cultivado na comunidade. Feijão, hortaliças, quiabo, abóbora e maxixe são alguns dos alimentos que compõem a alimentação no dia a dia. Peixe e aves são comuns nas refeições. A carne de boi é adquirida na cidade de Ibiaí (sede do município) e, portanto, não faz parte da comida diária das pessoas. “*Picadinho de tomate verde, é bem comum aqui. Você faz assim, refoga óleo, alho, sal, tomate verde e deixa cozinhar um pouco e tira do fogo e coloca tempero verde por cima. É muito bom*” (Dona Terezinha).

Os moradores gostam de relatar que a alimentação é *boa e saudável* quando consomem menos produtos “de fora”. Consideram *estranhos* os produtos vindos da cidade. O arroz, feijão e a *mistura*⁵, o “*de comer do dia a dia*” é considerado simples, mas forte, e não faltam na mesa dos camponeses. Não plantam arroz, e explicam que o “*terreno é pouco demais pra plantar arroz*”.

As mulheres são responsáveis pela preparação da alimentação diária da família e têm geralmente o auxílio das filhas. Os homens sabem cozinhar, mas só o fazem em situações de “*muita necessidade*”, como relatam. As refeições são feitas sempre em família e o chefe da família, os homens em sua maioria, são os primeiros a serem servidos. A mulher faz o “*prato*”, que é bem *farto* (ou seja, bem cheio), com um bom pedaço da carne do dia, se tiver. Depois do homem, os filhos e filhas vão servir os alimentos diretamente nas panelas e, por último, é a mulher que irá fazer seu prato de comida. Quanto ao almoço, que no passado acontecia no quintal, em volta das árvores, hoje as refeições acontecem na sala, geralmente assistindo televisão. O café da manhã e os pequenos lanches durante o dia são realizados entre um trabalho e outro e não são considerados refeições, e sim um “*descanso para a barriga aguentar a hora da comida*”. Quando existem visitas nas residências, são essas pessoas as primeiras a “*fazerem o prato*” nas panelas e sempre é oferecido um café com biscoitos (biscoito de polvilho) para os visitantes, independentemente do horário.

A comida diária vem quase toda da própria comunidade e obedece ao calendário da natureza, entre cheias e secas. Os moradores consideram que “*não comem tão bem como antigamente*”. Segundo eles, os alimentos de hoje são “*mais fracos e com muita coisa estranha que nem dá pra saber o que você tá comendo*”. Os relatos dizem respeito às modificações na dieta das famílias, entre eles citam a diminuição do consumo de carnes de gado, de porco, o consumo quase diário de macarrão e a substituição da gordura de porco pelo óleo de soja refinado no preparo dos alimentos.

O momento da refeição é também momento de agradecimento, pois a comida tem valor simbólico e real para os moradores. Gestos como o sinal da cruz, o nome do pai, e o agradecimento pelo alimento a Deus são rotineiros no início da refeição, principalmente no almoço.

A escolha dos alimentos para determinada refeição é resultado de quem são as pessoas que fazem parte daquela refeição. Se houver visitas é comum ter frango, que é a maneira de mostrar que aquela pessoa é bem-vinda: “*recebemos com um franguinho daqui bem-feito e gostoso, é nossa comida mais fina, de domingo ou de dia de festa*” (Dona Terezinha).

A escolha de cada alimento, seu preparo e sua função, são definidos pelo conhecimento tradicional transmitido na oralidade e no saber-fazer. As receitas e as funções alimentares dos alimentos que se tornam refeições são fruto de códigos, símbolos, significados fundamentados no conhecimento do ambiente natural local, no conhecimento dos mais velhos e nas tradições baseadas na reinterpretação diária do saber-fazer.

A comida do dia a dia (arroz, feijão, macarrão), as comidas de festas (carnes de frango e porco), comidas de trabalho (farofa e arroz), comidas de viagens (paçocas), comidas das épocas do ano (beiju, pamonhas, doce de buriti) e das fases da vida como na gravidez (couve refogada com feijão), após o parto (caldo de frango e pirão de peixe), na infância (leite com rapadura e farinha com rapadura) e na reabilitação da saúde (caldo de carne com mandioca) são predeterminadas pelos mais velhos e feitas e servidas com regularidade pelas famílias. O cultivo, a colheita, o preparo e o saborear os alimentos fazem parte do cotidiano das famílias com divisões de funções e com a partilha da refeição em grupo.

CULTIVAR E TRANSFORMAR: A FARINHADA

O principal produto cultivado na Barra do Pacuí é a mandioca. Na comunidade existe há 20 anos uma fabriqueta de farinha comunitária adquirida pela Associação dos Moradores. A casa de farinha foi instalada na sede da Associação de moradores da Barra e é um lugar de uso comunitário. Na época do beneficiamento da mandioca e da produção de farinha, as famílias fazem um cronograma de utilização de acordo com a Associação dos Moradores e se sucedem na fabricação da farinha. A casa de farinha é bastante utilizada pelas famílias em regime de trabalho familiar em todas as fases de produção.

A *Farinhada*, assim conhecida, é o processo de atividades para a produção de farinha e derivados. A *Farinhada* é reconhecida nos estudos de comunidades tradicionais como “[...] elo entre as diferentes dimensões de um mesmo processo. Situadas no espaço de confluência entre a natureza e a cultura, articulam biodiversidade, modos de cultivo, trocas sociais e sistemas de significados” (NOGUEIRA; WALDECK, 2006, p. 10).

Para os moradores da comunidade a atividade é “*também um festejo*”. É o momento de rever familiares e amigos, de estar em família. Observamos que a socialização e a sociabilidade são promovidas no exercício da reciprocidade e solidariedade que acontecem na prática da *farinhada*. Os moradores relatam que a atividade sempre foi desenvolvida

na comunidade e que as modificações só aconteceram na forma de produzir a farinha com a chegada da máquina.

Todo mundo aqui na comunidade planta mandioca e faz farinha, tem alguns que tem ano que não consegue fazer, mais aí junta um povo amigo e faz para ele. A farinhada é uma festa pra nós. Rever os parentes, ficar junto e comer beiju. Além do mais com a farinha a gente faz bolo, coloca no pirão do peixe. Sabe acho que nem vivia sem farinha e cresci vendo minha mãe fazendo farinha, e assim vai ser. Eu vou morrer comendo e fazendo farinha e meus filhos vão ensinar para os filhos deles e eles ensinam pros filhos deles e vai... (Relato de Dona Terezinha, 63 anos, moradora da Barra do Pacuí)

A farinha é produzida nos meses de maio a junho por toda a família. As mulheres plantam as raízes de mandioca, pois são responsáveis pela fertilidade, os homens cuidam da plantação e fazem a retirada da mandioca do solo e depois levam até a casa de preparação. Em seguida, as mulheres assumem a produção, “*raspam e relam as mandiocas, retiram a goma e torram a farinha.*” Conta Dona Terezinha:

A farinhada é feita assim, primeiro a gente ranca a mandioca, eles os homens rancam. Depois vamos raspar a mandioca e lavar. Aí ralamos e lavamos a massa. A água que é retirada da massa é levada à maseira para virar goma. O conteúdo da mandioca é prensado para secar e no outro dia ser torrado. Ai é hora de tirar o fundo que está prensado para ser torrado. Depois de tirar a água da goma e tirar a goma da maseira e quebrar a goma, esfarinhando, bom é hora de levar para ser secado ao sol. (Relato de Dona Terezinha, 63 anos, moradora da Barra do Pacuí)

Todos os membros da família são envolvidos na atividade, até os mais distantes, como noras e genros que moram em outras localidades próximas. A goma e farinha são utilizadas durante todo o ano pela família e uma parte excedente é comercializada através de comerciante/atravessador que vai à comunidade buscar os produtos uma vez por mês.

O trabalho da produção começa muito cedo, antes dos primeiros raios solares, e termina com a lua já no meio do céu. Com uma parcela da produção é feito o *beiju* – uma comida típica com goma, açúcar e queijo, que é colocado na pedra do forno e assado. Um dia após a produção da farinha, as mulheres separam em pequenas porções o *beiju* e enviam para os vizinhos mais próximos, que retribuem com outros gêneros alimentícios. Toda a produção é repartida entre as famílias que fizeram a farinha. As mulheres conversam e cantam: *Pra fazer a farinhada... Muita gente eu vou chamar... (bis). Só quem entende de farinha... Venha peneirar aqui... (bis).*

Polvilho, farinha, beiju, tapioca e farinha puba são muitos dos derivados extraídos da mandioca. Bolos, mingaus, biscoitos, sopa, leite e rapadura, são muitos dos alimentos feitos na Barra com a mandioca. *Como com leite*, diz um camponês, *junto com a rapadura*, registra outro morador.

Os ciclos do trabalho entre plantar, *colher e comer*⁶, intercalam as ações e as estações que provocam e fazem o conviver entre os homens, as mulheres, as famílias nos ciclos do trabalho e da vida da Barra do Pacuí. A prática da atividade familiar ocorre também com outros tipos de alimentos, como a carne de porco. Matar o porco significa a partilha através da distribuição entre os familiares, e seus vizinhos. São saberes passados de geração para geração que sempre tiveram no saber da natureza a reprodução da vida. As Fases da lua, os tempos das chuvas e das secas, as épocas de plantio e de colheitas, bem como formas de plantio, são as referências para a constituição dos ciclos da vida que fazem do sertão físico um sertão sentido.

SABERES DA ALMA: O CONTAR SERTANEJO

Percebemos através das falas, causos, prosas e relatos dos moradores que muitas são as tradições que se reestruturam no sertão e que vão fazendo a representação do viver na comunidade, uma polissemia de saberes que desenham um mapa feito e re-feito por homens e mulheres.

Priorizaremos as narrativas sobre os conhecimentos do dia a dia, o rezar, benzer, festejar, cultivar, um pouco da geografia da existência, que fazem a comunidade rural do sertão. Vamos conhecer alguns homens e mulheres desse *sertão sem fim*. Mulheres e homens velhos e velhas que fazem do ato de benzer uma forma de autocuidado e pertença ao rural.

TRADIÇÕES: BENZER, CUIDAR E OFERECER

Dona Tazinha, 82 anos, viúva, aposentada, camponesa. Chegou em 1976 na comunidade. Lembra com pavor a enchente de 1979, relata que *“nunca viu tanta água junta”*. Ela cultiva sua roça na beira do rio Pacuí. É benzedeira há 40 anos, criou-se na comunidade. Narra que benzer os enfermos é um ato de caridade e devoção à Nossa Senhora Aparecida e às Almas Benditas. Conta que começou a benzer com 14 anos de idade e que não benze aos domingos. Conhece *“muitos tipos de folhas, ervas e rezas para tudo desde sangramento, dor de cabeça até qualquer outra coisa.”* Ela benze contra *“quebrante, cobreiro, dor de cabeça, cólica, dor de barriga”*. Os ramos que são mais utilizados são das plantas arruda, laranja e *tipi*. *“Ta lá na escritura sagrada: ‘E o seu fruto servirá de alimento e sua folha de remédio’ (Ezequiel, 47:12).* O povo chega aqui queixando de tudo, e garanto que as folhas ajudam na cura de muitas doenças. Na terra tem remédio para tudo, basta saber a folha e a mistura que deve

ser feita” – narra Dona Tazinha. Após rezas e ramos, ela orienta as pessoas para fazerem chás com ervas que são encontradas na própria comunidade.

Dona Messias, 78 anos, agricultora, ex-moradora da comunidade e hoje residindo na cidade de Pirapora, relata para a acadêmica Haidê Sousa (2009) que:

O velho Gregório benzia, os meus meninos, e eu e eles sentíamos bem, eu mesmo aprendi a benzer, só que agora já esqueci, deixei de lado, e todos que eu benzia Deus abençoava que sentia bem, assim mesmo eu ainda sei benzer de quebranto, espinhela. Cresci sabendo e lá na Barra todo mundo sabe que quebranto é olho gordo, ou seja, você olhar para um recém nascido ou uma criança e admirar demais ai já viu fica com um mal estar danado na criança. Espinhela só acontece com adulto e só cura com benzimento.

O senhor Gregório, com 73 anos, também é um benzedor conhecido no lugar. Hoje, em função de um problema de saúde, ele não benze mais. Agricultor há mais de 50 anos, sempre teve muita fé e alerta que: “*Oração cobrada num vale nada não e se num tiver fé também num vale nada*”. As palavras, gestos, os mestres do lugar garantem a ligação do sagrado com as oferendas.

Os “*remédios do mato*” são os chás e garrafadas (mistura de ervas em infusão para determinada enfermidade) feitas com ervas utilizadas pelos moradores. São cultivadas nos quintais das casas, nas hortas localizadas na ilha e na beira do rio e encontradas nos “gerais”, como denominam as chapadas do cerrado.

As narrações e os atos sagrados das rezas realizados pelos benzedores transformam-se em valores e símbolos sagrados, que têm como função compensar as dificuldades e lutas reais. É importante refletir que na comunidade os laços solidários são sustentados em experiências que podem ser visualizadas nas práticas da narrativa, nos aconselhamentos através das promessas a santos e nas penitências sugeridas para se conseguir a recompensa espiritual ou material.

Exemplo disso acontece no cemitério antigo, quando as crianças fazem penitências para que venha a chuva. Todo ano de seca em outubro, junto com suas mães, elas cumprem uma caminhada da igreja ao cemitério velho onde rezam o terço e pedem a chuva. Molhando as cruzes com água trazida em baldes e de joelhos rezam a ladainha de Nossa Senhora Aparecida.

REZAR E FESTEJAR

Para Brandão (1987), as festas são momentos de lembrar, celebrar e festejar. O autor chama a atenção para os desdobramentos comuns das festas mesmo em suas variadas e diversas situações, e são elas os

símbolos, a celebração e o contraste e a justaposição. “Ora, qualquer que seja a situação simbólica e a intenção proclamada de sua realização, tudo o que ela tem para celebrar é a experiência da própria vida cotidiana” (BRANDÃO, 1987, p. 5).

As datas de festejos religiosos, o domingo de descanso, as reuniões no espaço da igreja, os relatos do lazer estão relacionados a uma forte tradição católica ligada à organização da vida da localidade. A devoção aos santos católicos, a celebração da padroeira transforma o evento religioso na realização de uma festa de reencontro com os moradores que já não habitam a comunidade.

Nossa Senhora Aparecida, Santo Antônio, São João, São Pedro, São Francisco, São Sebastião, São Gonçalo e Bom Jesus são os santos da devoção na Barra do Pacuí. “*Somos todos católicos*”, relatam e afirmam vários moradores. Jovens, velhos e crianças, com quem convivemos e ouvimos nas casas, na praça, no campo de futebol, nas hortas, nas plantações na beira do rio e na ilha, afirmam que é a religião católica a única religião do lugar, e que sempre foi assim.

As festas dos santos que continuam ocorrendo são: São Gonçalo, que acontece em qualquer época do ano para pagamento de promessas; Santo Antônio, São João e São Pedro, no mês de junho nas fogueiras; A Folia de Bom Jesus em agosto; e a festa de Nossa Senhora Aparecida em outubro. A festa de São Gonçalo e a festa da padroeira são as mais importantes da comunidade, momento de retorno à comunidade dos parentes, dos familiares.

A DANÇA DE SÃO GONÇALO

A dança de São Gonçalo é a única dança que ainda é mantida com regularidade pelos moradores, e é apresentada na comunidade e em Ibiaí. Existe um grupo infantil de São Gonçalo que faz apresentações sem compromisso com as promessas, pois são apenas momentos para que as crianças aprendam a dança. E há o grupo oficial de tocadores e dançadores de roda de São Gonçalo. A dança começa com um homem à frente, o marcador. É ele quem ordena as rodas de dança, atrás dele duas fileiras lado a lado de mulheres que vão dançar. Cada uma delas levando um arco de arame revestido de papel branco e azul. Todos vestem uma camiseta branca assinalada com o nome da dança de São Gonçalo da Barra. Na frente delas, dois homens, cada um com um arco enfeitado na mão. O mestre e o contramestre. A participação de mulheres não tem limites, podem ser quantas tiver, mas a dos homens é sempre em número de três, o puxador e os dois que ficam à frente das fileiras de mulheres.

A roda de São Gonçalo é uma manifestação religiosa que é também forma de lazer e socialização. O festejo religioso tem no pagamento de promessas a sua essência. Na ocasião, a pessoa que recebeu a “graça” proporcionada pelo santo irá promover em local, dia e horário determinado,

a roda de danças para o santo: “*Ora viva, Ora Viva... Ora viva, ora viva. Viva São Gonçalo Viva*” (Refrão do cântico de São Gonçalo cantado por Dona Terezinha).

A FESTA DA PADROEIRA

Em outubro é hora de comemorar Nossa Senhora Aparecida com missas, procissões, levantamento de mastro, leilões e confissões. É hora de festejar, de rezar, dançar e agradecer a Deus o ano, as chuvas, as lavouras, a pesca. E se não choveu então é hora de pedir para Nossa senhora enviar chuva e sempre chove no dia dela. (Seu João Bento)

A festa da padroeira acontece durante nove dias de festa. Há novenas e terços, celebrações e nos últimos três dias as atividades são realizadas com uma mistura de orações, missas, shows com música, dança, comida e bebida. O grande momento da festa acontece no dia da padroeira, ou seja, no dia de Nossa Senhora da Aparecida, em 12 de outubro. Nesse dia todos se reúnem em frente à igreja local e saem em procissão, acompanhados do padre, que é considerado o guardião da imagem de Nossa Senhora, e do conjunto de músicos da igreja. Após a procissão, é realizada a missa e então é o momento do levantamento do mastro com orações e fogos, em seguida é realizado um leilão com produtos e animais. Depois do leilão acontece no galpão a festa com danças e cantores convidados. As danças e músicas na festa são os forrós e axés.

A festa da padroeira é considerada a *festa da família*, é a ocasião de retorno dos camponeses que estão trabalhando fora da comunidade. São pais, mães, irmãos e irmãs, primos, namorados, esposa e marido, famílias que se reencontram nessa data. É momento de agradecer o encontro, mesmo que seja temporário, pois muito retornam poucos dias depois para os espaços de trabalho.

A perpetuação de credos e ritos passados de geração para geração é fundamento primordial para a construção do mapa de saberes da comunidade. Orações para proteção das lavouras, o sinal da cruz antes do começo do dia de trabalho, as mãos postas para o céu, são exemplos de gestos representativos da força da religião também nas práticas do trabalho no lugar. As representações dos sujeitos são vinculadas às práticas das ações do trabalho através da transformação da natureza. A terra e a água são elementos essenciais para o espaço do trabalho. A vida corre margeando o rio e as construções simbólicas passam pelo rio.

SABERES DA NATUREZA

Os ciclos do trabalho na comunidade são construídos na interação entre os homens e as mulheres nas suas diversas fases: na infância, na juventude, na fase adulta e na velhice, sendo construídos no limiar do calendário da natureza.

As famílias, os grupos, os lugares foram edificados e são mantidos em função do estar no ambiente da comunidade. A força de trabalho é baseada exclusivamente na mão de obra familiar. Atividades de preparação, plantio, cultivo e colheita são divididas entre os membros da família chefiados geralmente pelo homem, o “chefe da casa”.

A preparação da terra, o cultivo e o cuidado com as lavouras, as pescarias e a rotina diária do camponês são regidas no calendário das épocas do ano, divididas em cheias e secas dos rios, nas estações da lua, no descanso e classificação das terras para o plantio e na divisão familiar das tarefas entre a casa e a roça.

No último mês do ano, dezembro, e no primeiro do novo ano, janeiro, são realizadas as limpezas das roças, como dizem: *é hora de capinar*. Fevereiro é o período para o início da preparação da terra para feijão da seca e para o tombamento do milho. Em março a atividade principal é a limpeza da várzea e o plantio de feijão da seca. Em abril e maio são realizadas as colheitas das lavouras e o preparo da farinha de mandioca e a limpeza do feijão. Junho e julho são os meses para o plantio das hortas pelas mulheres e é o período de extração de frutos do cerrado, atividade realizada principalmente pelas mulheres e pelos jovens. É esse o período de intensa migração para trabalhos temporários na região e fora dela. Agosto tem colheita de feijão da seca e a atividade de raspagem da mandioca para fazer a farinha. Em setembro e outubro a atividade principal é a limpeza do terreno para o novo plantio e o plantio das novas roças para o início do tempo de chuvas.

O período de maior dificuldade relatado pelos agricultores é entre abril e setembro, que é o “*tempo da seca*”. No passado, os produtores desenvolviam nesse período as atividades de colheita dos frutos do cerrado, a fabricação de farinha e a colheita das lavouras e hortas. No presente, todas essas atividades continuam, mas em menor escala, pois o cercamento das terras comuns, o desmatamento do cerrado, as atividades de carvoejamento, a poluição e diminuição das águas e dos peixes do Rio São Francisco provocaram a drástica diminuição dos frutos, bichos e o aparecimento de pragas e a queda da fertilidade da terra. Portanto, a sobrevivência de muitas famílias está na busca de trabalhos em carvoarias, e na lida com o gado nas fazendas próximas ou em outras regiões. Os que ficam se dedicam à pesca durante este período. A maioria dos trabalhadores que não têm nenhuma fonte de renda sai em busca de trabalho, fora da comunidade.

Na década de 1970 foi formada a ilha. As terras na ilha são de apropriação comum para todos os moradores da Barra, ou seja, cada morador que cultiva na ilha tem o direito de posse durante o tempo que utilizar aquele pedaço de terra. O uso da terra da ilha é partilhado e de conhecimento de todos os moradores, não existe cercamento entre as propriedades e quem tem condições de cuidar e cultivar as lavouras é o responsável por aquela porção de terra durante o período de cultivo e colheita. Situação que pode ser diferente no próximo calendário/ciclo do rio, na época das cheias. Outro agricultor pode plantar e cultivar se o antigo abandonar a área.

A interferência da lua na atividade de plantio e colheita e na escolha dos dias de pescaria é exemplo do modo de vida do lugar. As mulheres relacionam a lua com os nascimentos das crianças. *“Se tiver no mês de ganhar o menino e a lua vai mudar, pode saber que daquele dia não vai passar, vai nascer. É comprovado. Pode olhar na folhinha”* (Dona Maria). Os agricultores da Barra costumam escolher a fase da lua para a época do plantio e relacionam essas fases com os períodos de pescaria de determinados peixes. As fases da lua estão vinculadas à produção: *“terra molhada, enxada amolada é mandioca na lua nova”*, relata Dona Tazinha.

SABERES DA ÁGUA

As águas são a ligação do homem ribeirinho com os encantados, como o caboclo d'água, a mãe d'água e a proteção das carrancas na proa do barco para evitar maus espíritos e trazer boa pescaria. Mas as águas do rio são também o espaço para o desenvolvimento da pesca, onde os pescadores, baseados em saberes tradicionais, pescam e assim garantem a sobrevivência das muitas famílias ribeirinhas.

O Rio São Francisco é identificado em quase todos os relatos como *Velho Chico*. O rio é descrito como: *“Lugar cheio de almas, de bichos e de seres de luz e de treva. A gente tem que saber conviver com eles. Caboclo d'água pode ser companheiro na pesca se você levar a cachaça dele e tem também a hora que não é de entrar na água porque se não ela te engole”*.

O relato é de Seu Trucão, 65 anos, pescador. Com o fumo na mão, preparando o cigarro de palha, ele conta que já pesca há mais de 40 anos, aprendeu com o pai a pescar e a tecer rede. E que sempre pescou no Velho Chico. Descreve que entre os pescadores próximos ou parentes funciona o sistema de horário no rio, que, segundo Thé (2003), é um conjunto de normas ou direitos estabelecidos por uma comunidade para relacionar-se no uso de um recurso comum. Sistema que auxilia que todos pesquem e, ao mesmo tempo, preserva os peixes e as águas. Os encantados protegem pescadores e as águas. E somente com a permissão deles é possível uma boa pescaria.

Compadre Valú voltava da ilha, ele e outro compadre, quando já próximo de seu porto começou uma movimentação brusca

nas águas e não os deixava aproximar do porto, quando eles perceberam bem próximo dali uma cabaça sobre a água, ambos avistaram a cabaça e ao retirar o olhar da cabaça e olharem um pro outro ouviram um barulho na água e aí só avistaram os pés do cumpade que mergulhou pro fundo do rio (Seu Truçã, 65 anos, morador da Barra do Pacuí)

A narrativa acima foi repetida por muitos dos moradores na Barra. O acontecimento em maio de 2009, é para eles uma demonstração da necessidade de respeitar os limites do rio e compreender o que o rio quer dizer.

SABERES DA TERRA

A representação da natureza pelos sujeitos demonstra a reprodução material e cultural da interação homem e natureza. Seu Nivaldo tem 50 anos, é agricultor, vive da lavoura e relata como foi que se tornou agricultor:

Meu pai começou a me levar para roça desde os sete anos de idade. Como eu fui o filho mais velho, ele levava como o companheirinho dele. Ali eu me sentava na sombra e ficava olhando-o trabalhar, quando pouco tempo depois ele inventou de encabar uma enxadinha para mim. Aí eu, eu ficava por ali, batendo aqui, noutro lugar, chegava aterrar um pé de planta e por aí comecei e nunca mais parei. Isso eu tinha uns sete para oito anos, não tinha mais não, moça. Pra trabalhar na roça ia mais com ele e os companheiros, dele e era todo o dia, isso com oito anos eu já puxava uma enxada quem nem gente grande. Dei uma descascadinha quando entrei para aprender a lição na escola, mas isso eu tinha 12 anos. Fui um ano na escola, aprendi a assinar meu nome, só isso, não tenho leitura não. Só que tem uma coisa com minhas idas e vindas nas cidades e no campo trabalhando sei pegar condução em qualquer cidade grande e tantas outras coisas que vida ensina. Mais a minha profissão mesmo, eu aprendi com meu pai, foi com ele que aprendi a plantar, colher, cuidar da terra, essas são as coisas que sei fazer, foi com a terra que eu coloquei na mesa o pão de cada dia, abaixo de Deus, criei meus filhos com as lavouras, elas nunca deixaram a comida faltar. Meu pai sempre ensinou que nunca devemos usar a terra sem deixar ela descansar e que tudo tem vida, então eu sei que tem hora de mudar de lugar, tem hora de plantar outra cultura.

Seu Narciso, 59 anos, agricultor e pescador, relata como convive com a lavoura e a pesca:

Você tem que saber o que é primeiro. Então eu sou da roça. Vivo da terra e da pesca. Mas primeiro da terra. Planto lavoura

todo ano aqui na beirada do Pacuí e na ilha. E pesco sempre no São Francisco. Na maioria das vezes pesco para trazer um peixe pra mesa e só. Agora a roça é serviço todo o tempo. Fico de olho na lua, vigio a roça, fico no aguardo da colheita do arroz, do milho, do feijão das águas e das secas. Na roça você tem trabalho da hora que o sol aponta até a hora que ele vai embora, é puxado, mas digo uma coisa ninguém na roça morre de fome, mas na cidade você já viu é uma miséria de dá pena.

Dona Eunice é agricultora, ela se apresenta como “a esposa de Seu Nivaldo.” Planta horta, faz farinha, cuida da casa e auxilia na lavoura:

Tem ano que a gente colhe pouco, mexe na lavoura, às vezes o tempo de sol e água; todo ano a gente colhe pouco, mas dá para viver. Fazendo a farinha, mas já vamos mexer com feijão, milho, nós plantamos mais a água comeu e nós colhemos um pouquinho. Graças a Deus vamos bem, pois dá para criar a família. Porque aqui é o lugar onde a gente mora, e graças a deus a gente vai bem.

Seu João Bento, líder na comunidade, respeitado como um dos mais velhos moradores do lugar, relata a lida da vida na roça:

Mas todos aprenderam o que meu pai me ensinou, que trabalhar na roça, lavar a roça, no mesmo estilo que eu aprendia a tocar a rocinha. Tive muitas colheitas boas, muita fartura, depois o tempo foi diminuindo, as chuvas foram encurtando e aí foi vindo as pragas no mantimento, não sei se a própria terra sentiu, a terra fraqueou e não produz o que ela produzia antes. Só enxada, limpava, plantava e colhia o mantimento, a chuva caía, até hoje aqui não mexe com adubo não. A lida da vida na roça não é fácil, mas a gente se acostuma. É só não querer de tudo muito.

Os saberes passados de geração para geração sempre tiveram no saber da natureza a sua fundamentação. São as referências dos ciclos da vida que fazem do sertão físico o sertão sentido, e são atribuição da identidade dessa gente barranqueira.

Na lida da vida na roça, expressão utilizada pelos moradores, no que retiram da natureza, no que festejam no ambiente socializado e nas transformações inerentes às representações oriundas dessa relação é que são estabelecidos os modos de vida e trabalho na Barra do Pacuí. Não difere de outras comunidades tradicionais do rural no Norte de Minas, mas tem peculiaridades que caracterizam o lugar. Os moradores desenvolvem o fazer diário nos ambientes culturais da comunidade, convivendo com rios, lavouras, terras e bichos, formando uma *geobiografia*.

Os saberes dos povos tradicionais acontecem nas partilhas e parcerias dos sistemas comunais da apropriação e uso da natureza que são realizadas

no dia a dia. São famílias que dividem a terra, são pescadores que, com o sistema de “horários no rio”, partilham os locais de boa pesca. São as benzedeiras e benzedeiros que cultivam com as rezas os valores na fé, que promovem o respeito aos mais velhos e que fazem com que os laços solidários na comunidade sejam revitalizados. São promessas e festejos de santos que promovem a unidade da família no reencontro e na celebração do estar junto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias vividas em uma comunidade de beira de rio e a descrição do seu dia a dia são os elementos essenciais na concepção que os moradores têm do tempo social e das relações com os outros e outras e com o mundo. As transformações ecológicas e sociais que atingiram a região norte mineira afetaram diretamente a comunidade e seus moradores. As diminuições do território através da expropriação, a degradação das terras e águas, modificaram e seguem modificando o estar junto no lugar.

Observamos modificações na representação do tempo e na concepção do espaço. O espaço foi mudando ao longo do tempo, e essas transformações construíram novas relações entre o homem e o meio. Os espaços são definidos pelos moradores como: o espaço de vida, feito e vivido no lugar-comunidade e o espaço do trabalho, vivido também fora da comunidade. Temos diferentes tempos na comunidade: o tempo vinculado à natureza e o tempo vinculado ao trabalho na cidade e à obtenção de bens de consumo. Concepções de tempo e espaço são modificadas. Os Tempos e os espaços naturalizados decompõem-se. Tornam-se “outros”.

Podemos afirmar, considerando a literatura de estudos de comunidade⁷, que temos uma comunidade tradicional rural na Barra do Pacuí. Um lugar onde os moradores vivem em estreita dependência do mundo natural, para a manutenção de seu modo de vida. A unidade familiar produz para a reprodução da família e depois comercializa o excedente. O conhecimento sobre os ciclos da natureza e a oralidade na transmissão dos saberes são fundamentais e marcantes para o grupo. As normas de uso comum do território exercem papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida.

As ações e condutas dos indivíduos são feitas nas relações interativas entre as pessoas, entre pessoas e a natureza, entre pessoas e coisas. As técnicas do fazer, a ética do agir e uma lógica do pensar são formadas nos costumes (que fazem o modo de ser, agir e pensar) e no viver (códigos e sistemas sociais) que construímos e que são institucionalizados e legitimados nas teias, redes tecidas de símbolos, sentidos e significados.

As narrativas que foram aqui apresentadas são fruto das experiências de homens e mulheres que vivem na Barra e que no cotidiano traçam e desenham as rotas, os itinerários de pertencimento a um lugar e a um grupo. Ao re-viver histórias do vivido, das crenças, das experiências, vão

cartografando valores que permeiam as ações sociais e que constroem as relações sociais nos lugares, estabelecendo uma comunidade de beira rio e sertão. “É logo ali, nos desmandados lugares... Quase todo mundo tinha medo do sertão: sem saberem nem como o sertão é. Sertanejos sabidos sábios” (GUIMARÃES ROSA, 1984, p. 190).

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Marily da Cunha; HEIDEMANN, Dieter. Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 20, n. 58, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Festas populares brasileiras**. In: FERREIRA, Cláudia Márcia (org.). São Paulo: Ed. Pioneira, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador – Saber com o Outro. São Paulo: Cortez, 2003.
- BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1977.
- COSTA, João Batista de A. Cultura Sertaneja: A Conjunção de Lógicas Diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: BEST, 1997.
- COSTA, João Batista de A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 8-47, dez.-fev. 2005.
- DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1998.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão: veredas**. 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MARTINS, JOSE Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um sertão desencantado**: Modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. Tese (Doutorado) – IFICH/ Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2000.
- NEVES, Z. **Os remeiros do Rio São Francisco**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NOGUEIRA, M. D.; WALDECK, G. **Mandioca: saberes e sabores da terra**. Rio de Janeiro: IPHAN - CNFCP, 2006.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias... movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. 2009. 350f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em montes Claros, norte de Minas Gerais: a esperança de melhoria de vida** 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-graduação em geografia UFU, Uberlândia MG, 2003.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo I e II.

SANTOS, Rodrigo Herles. **Aqui estou, aqui faço o meu lugar: um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí – MG**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2008.

SOUSA, Haidê A. de Carvalho. **Lugar, Trabalho, vivência e identidade na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí Minas Gerais**. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

THÉ, Ana Paula G. **Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Medio**. São Francisco, MG. 2003. 197p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

THÉ, Tatiana Glinfskoi. **Barra do Pacuí: entre o rural e o urbano**. 2006. 23f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WOORTMANN, Klaas. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**, Brasília, n. 50, p. 1-43, 1985.

Submetido em: 16/12/2020

Aprovado em: 27/12/2021

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

andrea.paula@unimontes.br

Doutora em Geografia Humana. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. PPGDS/Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenadora do Grupo de Pesquisa OPARÁ/MUTUM – Unimontes/CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2586-4043>

Adinei Almeida Crisóstomo

adinei.almeida.103@ufrn.edu.br

Doutorando em Antropologia Social – PPGAS/UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista e Pesquisador do CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7690-248X>

NOTAS

- ¹ Este trabalho é fruto das discussões da autora na tese de doutorado: *Travessias... Movimentos migratórios em comunidades rurais do norte de Minas Gerais*, orientada pelo professor Carlos Rodrigues Brandão, defendida em novembro de 2009 no Instituto de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. As discussões através de estudos e pesquisas prosseguem no Grupo OPARA – MUTUM – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais no rio São Francisco, Grupo reconhecido pelo CNPq e pelo CEPEX 096/Unimontes.
- ² Utilizamos o termo “*descrição densa*” de acordo com Geertz (1989), que nos revela uma antropologia interpretativa, onde todos os detalhes são passíveis de mostrar uma visão do real na comunidade.
- ³ “Navegar cabeça abaixo, no dialeto do rio, é o oposto [à] cabeça acima, isto é, rio acima” (BURTON, 1977, p. 203).
- ⁴ Diegues e Arruda (2001, p. 51) utilizam o termo varjeiro para designar as populações tradicionais das margens do São Francisco: “Varjeiros ou varzeiros são aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco”. Ressaltamos que em nenhum dos relatos, entrevistas ou contato com os moradores da Barra os mesmos citaram para o grupo ou para grupos próximos o termo vazanteiro, mas citaram agricultura de vazante para designar o trabalho na roça.
- ⁵ Arroz e feijão (implicitamente, farinha, que raramente os larga) são, por excelência, a comida; o resto, se chama *mistura*, de modo significativo. Aquela permanece; esta falta muitas vezes, ou aparece em quantidade insignificante (CANDIDO, 2001, p. 170, grifos do original).
- ⁶ Cf. Brandão (1981).
- ⁷ Martins (1975), Brandão (1988; 2000), Diegues e Arruda (2001).